

HABEAS CORPUS Nº 418.792 - SP (2017/0253969-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : PAULO RICARDO DE DIVITIIS FILHO - SP324056
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO VITAL DOS SANTOS JUNIOR

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por **MARCIO VITAL DOS SANTOS JUNIOR**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, às penas de 54 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 26 dias-multa, fixado no piso mínimo legal, como incurso no art. 157, § 2º, incisos I e II, e § 3º, por quatro vezes, duas delas combinadas com o art. 14, inciso, II, todos do Código Penal, e todas elas combinadas com o art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

O TJSP deu parcial provimento ao recurso defensivo para reconhecer o concurso material benéfico entre os crimes de latrocínio e o crime de corrupção de menores, sem reflexo na pena, nos termos da seguinte ementa:

"Latrocínio - Recursos defensivos requerendo a absolvição com fundamento no art. 386, inciso III ou VII, e, subsidiariamente, a desclassificação do delito, com remessa para o Tribunal do Júri ou, ainda, o reconhecimento do crime único ou, alternativamente, a continuidade delitiva - Provas francamente incriminadoras para dos crimes de latrocínio e latrocínio tentado Depoimentos das testemunhas de acusação e declarações das vítimas coerentes e harmônicas entre si Apelante reconhecido por vítimas e testemunhas Dolo de subtrair arma de fogo e matar comprovados Êxito no disparo fatal em duas vítimas e tentativa configurada para outras duas Condutas bem tipificadas em latrocínio - Crime de corrupção de menores configurado Réu que agiu com prévio ajuste e mútua cooperação com menor Crime formal de consumação imediata, não dependendo do resultado - Súmula 500 do Superior Tribunal de Justiça Penas criteriosamente dosadas Penas bases acima do mínimo legal justificadas em circunstâncias judiciais desfavoráveis Personalidade deturpada, periculosidade excessiva, ousadia, ganância e consequências trágicas dos crimes Apelante relativamente menor Dois dos quatro crimes de latrocínio foram tentados - "Iter criminis" parcialmente transcorrido Atendimento médico em seguida ao evento e erro na execução Regime inicial fechado mantido Reconhecido o concurso formal benéfico entre os crimes de latrocínio e o de corrupção de menores, sem reflexo na pena Natureza hedionda do crime e prática com envolvimento de menor Dado parcial provimento aos recursos." (e-STJ, fl. 62)

Neste *writ*, alega a impetrante que "não se considera a multiplicidade de latrocínios em razão da multiplicidade de mortes. O latrocínio é delito complexo cuja

unidade não se altera em virtude da pluralidade de vítimas fatais (crime meio). Se houve apenas uma subtração (crime fim), como na hipótese dos autos, ainda que duas sejam as vítimas fatais, deve ser reconhecido o crime único, resguardada a possibilidade de valoração da pluralidade de mortes na fixação da pena básica" (e-STJ, fl. 3).

Aduz, outrossim, que "tendo em vista que apenas uma arma foi subtraída, evidenciando-se a intenção do agente de desfalcocar um só patrimônio, deve ser afastado o concurso de crimes de latrocínio, com redução da pena. Mas ainda que assim não se entenda, deve ser afastado o concurso material, pois mediante uma só ação o paciente praticou mais de um crime, o que configura hipótese de concurso formal do artigo 70, ressalvado o material benéfico, ou, ainda, a continuidade delitiva, tendo em vista as idênticas condições de tempo, lugar, e maneira de execução " (e-STJ, fl. 7).

Ao final, requer a concessão da ordem para que seja reduzida a pena do paciente ante a ocorrência de crime único.

Requerimento de tutela provisória indeferido (e-STJ, fls. 627-630)

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* ou, se conhecido, pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 653-657).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Para analisar o capítulo relativo ao reconhecimento do concurso de crimes de latrocínio, faz-se necessário expor excertos do acórdão:

“Por fim, corretamente aplicado o concurso material de crimes entre os crimes de latrocínio na forma do art. 69 do Código Penal, pois as condutas foram praticadas com desígnios autônomos e atingidas vítimas diferentes, alcançando 53 (cinquenta e três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 26 (vinte e seis) dias multa, no piso mínimo legal. Quanto ao crime de corrupção de menores, houve concurso formal próprio (art.70, primeira parte, do Código Penal), com os crimes de latrocínio. Contudo, em se tratando de caso de incidência do art. 70, parágrafo único, do Código Penal, chamado concurso material benéfico, aplico a regra do art. 69 do Código Penal, devendo-se promover a soma da pena dos latrocínios a pena estabelecida para o crime de corrupção de menores, alcançando a pena definitiva de 54 (cinquenta e quatro) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 26 (vinte e seis) dias multa, no piso mínimo legal.” (e-STJ, fl. 72)

Não se mostra possível o reconhecimento do concurso formal impróprio nos crimes de latrocínio praticados para formar crime único.

O **latrocínio** é crime pluriofensivo, portanto, cujos bens jurídicos tutelados são, simultaneamente, a vida e patrimônio, sendo formado pelos crimes parcelares **furto** e **homicídio**. Malgrado, em tese, se possa argumentar ser necessário atingir ambos para consumação de cada crime, com fulcro no princípio da ofensividade, entende-se que o

bem jurídico de maior peso, que é a vida, é determinante na constatação da consumação do crime. Por conseguinte, havendo morte, configurar-se-ão tantos latrocínios quantos patrimônios forem subtraídos; ademais, a pluralidade de mortes igualmente leva à pluralidade de crimes de latrocínio, ainda que haja apenas uma vulneração patrimonial. Não há, pois, falar em crime único pelo simples fato de ter havido apenas uma subtração, pois realizada em contexto cuja circunstância morte lhe é pressuposta.

Por fim, malgrado unicidade de conduta com pluralidade de resultados morte, o concurso de crimes aplicável é formal impróprio, haja vista a presença de dolo em relação a todos os resultados. Apenas se aplica o concurso formal próprio se apenas um dos crimes da série for realizado sob o título de dolo, sendo os demais culposos, o que não se observou no presente caso.

Nesse sentido, confira-se jurisprudência desta Corte:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. A via eleita se revela inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes.

2. O alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação ex officio, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

[...]

SUBTRAÇÃO DE UM ÚNICO PATRIMÔNIO E MORTE DE DUAS VÍTIMAS. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO. DELITO COMPLEXO. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO E À VIDA. EXISTÊNCIA DE CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA.

1. Pacificou-se na jurisprudência desta Corte Superior de Justiça o entendimento de que há concurso formal impróprio no latrocínio quando ocorre uma única subtração e mais de um resultado morte, uma vez que se trata de delito complexo, cujos bens jurídicos tutelados são o patrimônio e a vida.

2. No caso dos autos, as instâncias de origem consignaram que embora tenha sido subtraída uma caminhonete, os acusados teriam efetuado vários disparos contra as vítimas, levando-as à óbito, o que impede o reconhecimento de crime único, consoante os precedentes deste Sodalício.

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 336.680/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 26/11/2015)

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. PACIENTE CONDENADO PELA PRÁTICA DO CRIME DE LATROCÍNIO, COM RESULTADO MORTE. ART. 157, § 3º, PARTE FINAL, DO CÓDIGO PENAL. ÚNICA SUBTRAÇÃO PATRIMONIAL. DUAS VÍTIMAS. DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO. ART. 70, 2ª PARTE, DO CÓDIGO PENAL. PENAS QUE DEVEM SER CUMULADAS. PRECEDENTES DESTA CORTE. TRIBUNAL A QUO QUE APLICOU A REGRA DO

CONCURSO MATERIAL. DOSIMETRIA QUE NÃO SE ALTERA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. - O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal, ao tempo que preserva a importância e a utilidade do writ, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. - A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, configurado o latrocínio, previsto no art. 157, § 3º, parte final, do Código Penal, no qual há uma única subtração patrimonial, com desígnios autônomos e com dois resultados morte, fica caracterizado o concurso formal impróprio, disposto no art. 70, caput, parte final, do Código Penal. - Aplica-se ao concurso formal impróprio a regra do concurso material, de forma que as penas devem ser aplicadas cumulativamente, como procedeu a Corte de origem, sem alteração na dosimetria da pena. - Habeas corpus não conhecido. (HC 291.724/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. CRIMES DE LATROCÍNIOS (TRÊS CONSUMADOS E UM TENTADO). PLEITO DE DECLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE ROUBO MAJORADO. VIA IMPRÓPRIA. NECESSIDADE DE REEXAME APROFUNDADO DA PROVA. CRIME COMPLEXO. RESULTADO: UMA SUBTRAÇÃO E VÁRIAS MORTES. TESE DE OCORRÊNCIA DE CRIME ÚNICO. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO CONCURSO FORMAL DE CRIMES. DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia. 2. O exame do pleito de desclassificação para o delito de roubo majorado, por demandar a análise aprofundada do material cognitivo produzido nos autos, mostra-se inviável em sede de habeas corpus, sobretudo quando as instâncias ordinárias, soberanas na análise fático-probatória, concluíram pela prática dos delitos de latrocínio. Precedentes. 3. Prevalece, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento no sentido de que, nos delitos de latrocínio - crime complexo, cujos bens jurídicos protegidos são o patrimônio e a vida -, havendo uma subtração, porém mais de uma morte, resta configurada hipótese de concurso formal impróprio de crimes e não crime único. Precedentes. 4. Habeas corpus não conhecido. (HC 185.101/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 16/04/2015)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. UTILIZAÇÃO DO

REMÉDIO CONSTITUCIONAL COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA, POR DUAS VEZES, DO CRIME DE LATROCÍNIO, COM RESULTADO MORTE (ART. 157, § 3º, PARTE FINAL, DO CÓDIGO PENAL). ÚNICA SUBTRAÇÃO PATRIMONIAL. DUAS VÍTIMAS. DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. INCIDÊNCIA DA FIGURA DO CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO. ARTIGO 70, 2ª PARTE, DO CÓDIGO PENAL. PENAS CUMULATIVAMENTE APLICADAS. PRECEDENTES DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. I. Dispõe o art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal que será concedido habeas corpus "sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder", não cabendo a sua utilização como substituto de recurso ordinário, tampouco de recurso especial, nem como sucedâneo da revisão criminal. II. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, ao julgar, recentemente, os HCs 109.956/PR (DJe de 11/09/2012) e 104.045/RJ (DJe de 06/09/2012), considerou inadequado o writ, para substituir recurso ordinário constitucional, em Habeas corpus julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, reafirmando que o remédio constitucional não pode ser utilizado, indistintamente, sob pena de banalizar o seu precípua objetivo e desordenar a lógica recursal. III. O Superior Tribunal de Justiça também tem reforçado a necessidade de se cumprir as regras do sistema recursal vigente, sob pena de torná-lo inócuo e desnecessário (art. 105, II, a, e III, da CF/88), considerando o âmbito restrito do habeas corpus, previsto constitucionalmente, no que diz respeito ao STJ, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, nas hipóteses do art. 105, I, c, e II, a, da Carta Magna. IV. Nada impede, contudo, que, na hipótese de habeas corpus substitutivo de recursos especial e ordinário ou de revisão criminal que não merece conhecimento, seja concedido habeas corpus, de ofício, em caso de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou decisão teratológica. V. In casu, não há manifesto constrangimento ilegal, passível de concessão, de ofício, da ordem de habeas corpus VI. Hipótese de latrocínio em que os acusados, com uma única conduta, desdobrada em atos diversos, atuaram com desígnios autônomos, almejando dolosamente a produção de todos os resultados, no caso, ameaça voltada, individual e autonomamente, contra cada vítima, o que provocou a morte de duas pessoas, de modo a configurar o concurso formal impróprio, previsto na parte final do caput do art. 70 do Código Penal. VII. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, no caso de latrocínio (art. 157, § 3º, parte final, do Código Penal), uma única subtração patrimonial, com desígnios autônomos e com dois resultados morte, caracteriza o concurso formal impróprio (artigo 70, caput, parte final, do Código Penal). VIII. "Tipifica-se a conduta do agente que, mediante uma só ação, dolosamente e com desígnios autônomos, pratica dois ou mais crimes, obtendo dois ou mais resultados, no art. 70, 2ª parte, do Código Penal - concurso formal impróprio, aplicando-se as penas

Superior Tribunal de Justiça

cumulativamente. Na compreensão do Superior Tribunal de Justiça, no caso de latrocínio (artigo 157, parágrafo 3º, parte final, do Código Penal), uma única subtração patrimonial, com quatro resultados morte, caracteriza concurso formal impróprio. Precedentes" (STJ, HC 165.582/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 06/06/2013). Em igual sentido: STJ, HC 134.775/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe de 08/11/2010; STJ, HC 56.961/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJU de 07/02/2008. IX. Habeas corpus não conhecido. (HC 162.604/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 19/12/2013)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator